

## Líderes da oposição decidem obstruir as votações no Plenário

Objetivo do PSDB e do DEM é forçar a retirada do pedido de urgência constitucional dos quatro projetos do marco regulatório do pré-sal. Segundo eles, diálogo só recomeça se o governo ceder

**O**s senadores José Agripino e Arthur Virgílio, líderes do DEM e do PSDB, anunciaram ontem que os partidos

não vão dar quórum para qualquer votação em Plenário se o governo federal não retirar a urgência constitucional dos projetos do pré-sal,

que já obstruem a pauta de votações, juntamente com duas medidas provisórias. Para os senadores, o objetivo é forçar o governo a dialogar. **3**



Mão Santa (C) debate com representantes da Oi, Qualcomm, Vivo e Anatel

### Telecomunicações no Brasil carecem de inovação e pesquisa

Capacitação técnica de pessoal e investimento em pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia da informação foram as principais necessidades para o setor de telecomunicações

apontadas ontem por debatedores na Comissão de Infraestrutura. Para o presidente da Vivo, Roberto de Lima, o Brasil consome tecnologia importada por falta de inovação. **5**



Tuma (E), Zambiasi, deputado Dr. Rosinha, José Nery e deputado Germano Bonow, da Representação Brasileira, em Montevideu

### Avança acordo entre Mercosul e União Europeia

O embaixador do Brasil no Mercosul, Regis Arslanian, acredita que negociações para o maior acordo

de livre comércio do mundo poderão estar concluídas até julho. O anúncio foi feito aos parlamentares

da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, reunidos ontem em Montevideu. **4**

**CMA vota normas para instalação de infraestrutura** **5**

**CCJ discute ampliação de direitos dos companheiros** **7**

**Comissão apresenta hoje sugestões para o novo CPC** **7**



Cartaz da campanha do Senado Verde: ênfase nas diferentes cores das lixeiras

### Campanha do Senado vai incentivar a reciclagem

Campanha para conscientizar servidores e público em geral vai enfatizar a separação do lixo, entre seco e molhado, facilitando o reaproveitamento. **2**

## especial Cidadania

### O avassalador poder do crack

Devastador, o vício do crack pode destruir a saúde física e mental de uma pessoa em questão de meses, ou mesmo semanas. Derivada da cocaína, a droga é barata e

produzida rapidamente, sem purificação. Autoridades da área de saúde e a Comissão de Assuntos Sociais buscam meios para enfrentar o avanço do crack. **8**

“Faça a coisa certa” é o conceito da campanha, que quer conscientizar servidores e público a separar o lixo, facilitando o trabalho de reaproveitamento dos resíduos



Apresentação da campanha de reciclagem, ontem: nos dias de maior movimento, 15 mil pessoas passam pelo Senado

## Campanha do Senado Verde incentiva reciclagem do lixo

O PROGRAMA SENADO Verde vai lançar campanha para conscientizar os servidores e o público que circula pelas dependências da Casa sobre a importância do descarte adequado do lixo. A campanha Faça a coisa certa foi apresentada ontem ao diretor-geral do Senado, Haroldo Feitosa Tajra, e começará a ser implantada ainda em maio.

O diretor-geral disse acreditar que as pessoas vão aderir à campanha e separar o lixo não apenas em seu local de trabalho, mas desenvolverão o hábito também em suas residências.

– É uma contribuição pequena que o Senado está dando para um mundo melhor, um planeta mais limpo, mais verde, por meio da conscientização dos nossos

funcionários e do público que circula pelo Senado, no sentido de fazer a coisa certa em prol do meio ambiente – disse Tajra.

O diretor-geral informou que, nos dias de maior movimento – às terças, quartas e quintas-feiras –, passam pela Casa cerca de 15 mil pessoas. Ao separar o lixo seco do molhado, explicou Tajra, é possível realizar a reciclagem de forma mais eficiente.

– O objetivo é conscientizar as pessoas sobre a importância da reciclagem, para permitir melhor reaproveitamento dos materiais – disse.

A primeira fase da campanha acontecerá com a divulgação por e-mails a todos os servidores e alertas na rede interna do Senado, contou a coordenadora do

Senado Verde, Andréa Valente.

Na sequência, cartazes serão afixados no Senado para orientar as pessoas a utilizarem as lixeiras de acordo com o tipo de resíduo – pretas para o lixo seco e brancas para o molhado. Sempre que for necessário, disse Andréa Valente, a campanha será reforçada para que as pessoas incluam em seus hábitos a prática de separar o lixo.

Apesar de o Senado ter adotado o meio eletrônico para distribuir pautas de comissões e avulsos da ordem do dia, em substituição à versão impressa, conforme explicou a coordenadora do Senado Verde, o papel ainda representa 80% do lixo produzido na Casa, o que exige tratamento especial.

## Marco Maciel exalta o legado de Rui Palmeira



Marco Maciel

O senador Marco Maciel (DEM-PE) homenageou ontem o ex-senador Rui Palmeira (1910-1968), constituinte em 1946 e senador entre 1955 e 1968. Maciel destacou a importância política de Rui Palmeira, por sua influência na política alagoana e no cooperativismo no Nordeste.

O Senado comemorou na sexta-feira o centenário de nascimento de Palmeira (2 de março), que iniciou a carreira política na União Democrática Nacional (UDN), tendo fundado seu diretório estadual, após o fim do Estado Novo, em 1945. Maciel mencionou que, eleito senador em 1954 e reeleito em 1962, o alagoano foi primeiro-secretário, vice-presidente e líder da UDN.

Maciel lembrou que Palmeira defendia no Senado o federalismo: “Pensemos na Federação. Ela não subsiste à desigualdade, ao desequilíbrio, ao desprezo pelo destino de uns. Se nasceu da identidade de sentimentos, hoje vive da coincidência de interesses, da igualdade de tratamento, da solidariedade, da assistência, da constante preocupação de desenvolvimento uniforme”, discursou certa vez Rui Palmeira.

## Papaléo lamenta situação do saneamento no Brasil



Papaléo Paes

Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou as deficiências brasileiras na coleta de esgoto e no acesso à água potável, salientando que o Amapá tem o maior déficit no setor, com menos de 3% de sua população beneficiada.

O senador lembrou que o

Brasil participou em 2000 da Cúpula do Milênio, em Nova York, quando 191 nações se comprometeram com metas para um mundo mais justo. Mas o país não está cumprindo a que prevê a redução, pela metade, até 2015, do número de pessoas sem acesso permanente à água potável e a esgotamento sanitário. Entre 1992 e 2008, disse Papaléo, a proporção de pessoas que não contavam com os serviços de saneamento na área rural caiu de 89,7% para 76,9%.

– Como derrubar esse índice para 44,85% até 2015? – perguntou o senador, citando reportagem do *Correio Braziliense* segundo a qual o índice de acesso a saneamento nas zonas rurais brasileira é semelhante ao de países miseráveis e nações em guerra: 23,1%, contra 25% na Nigéria e no Afeganistão, ou 32% no Timor Leste.

## Audiência debate exigência de diploma para professores

Projeto que exige formação superior dos docentes que atuam na educação básica será tema de debate amanhã na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposição também insere, como princípio para se ministrar o ensino, “a consideração com a diversidade étnico-racial”.

Para o debate, requerido pela relatora do projeto (PLC 280/09), Fátima Cleide (PT-RO), foram convidados, entre outros, o representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação Francisco de Sales Gaudêncio; a consultora da Secretaria de

Educação Básica do Ministério da Educação Maria Machado Campos; o secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Heleno Araújo Filho; e o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Carlos Eduardo Sanches.

A proposta do Executivo – que tramita em conjunto com o PLS 54/07, de Ideli Salvatti (PT-SC) – permite a contratação de professores com formação apenas em nível médio nas localidades onde, comprovadamente, não existirem formados em nível superior.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário MPs têm prioridade de votação

14h A pauta do Plenário está trancada por duas medidas provisórias que destinam recursos para a Presidência da República e ministérios.

### Presidência Assembleia Nacional da Coreia

11h O presidente do Senado, José Sarney, recebe o Grande Colar da Ordem do Mérito Judiciário pela Justiça do Trabalho da 15ª Região. Às 12h, encontra o presidente da Assembleia Nacional da Coreia do Sul, Hyong O Kim. Participa, às 14h30, do seminário Cultura Sustentável – Brasil, um imenso caleidoscópio cultural. Preside a ordem do dia às 16h.

### CAS Aumento do consumo de crack

9h A Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde debatem o avanço e o risco do consumo de crack no país. Entre os participantes, o secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Paulo Roberto Yog Uchôa; o coordenador da Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado; e o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, João Alberto Carvalho.

### CRA Política nacional de abastecimento

9h30 A criação de uma política nacional de abastecimento estará em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Foram convidados os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, e da Saúde, José Gomes Temporão; e os diretores-presidentes da Aneel, Nelson Hübner, e da ANA, José Machado.

### CAE Correção dos saldos do FGTS

10h Comissão de Assuntos Econômicos analisa uma pauta com 17 itens. Entre eles projeto que prevê correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS.

### CE Filmes nacionais nas escolas

11h Primeira proposta da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Universitário de Apoio ao Esporte. Também analisa projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas de ensino básico.

### CPC Propostas para o novo texto

11h Comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do Código de Processo Civil anuncia hoje as principais propostas para o novo texto do CPC.

### CMA Preservação de recursos naturais

11h30 A Comissão de Meio Ambiente debate projeto que quer estimular a preservação dos recursos naturais nas edificações urbanas. Em seguida, será instalada a subcomissão temporária que irá acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA).

### Seminário Cultura sustentável

14h30 O Senado, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) promovem o seminário Cultura Sustentável – Brasil, um imenso caleidoscópio cultural, para discutir a proteção aos direitos autorais. Participam, entre outros, os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Marco Maciel (DEM-PE).

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## Paim cobra votação do reajuste de aposentadorias

Em apelo dirigido ao presidente da Câmara, Michel Temer, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu o encaminhamento ao Senado do projeto de lei de conversão (PLV 2/10) elaborado a partir da Medida Provisória 475/09, que reajustou as aposentadorias acima de um salário mínimo em 7,7% e acabou com o fator previdenciário.

Embora tenha sido aprovado pela Câmara na semana passada, o projeto até agora não foi enviado ao Senado porque ainda não conta com a assinatura de Temer, explicou Paim.

O senador salientou que o projeto tem que ser votado até o dia 1º de junho, sob pena de perder a vigência. Ele sugeriu a realização de uma vigília a partir do dia 18, para acelerar a tramitação do projeto.

Paim questionou informações veiculadas pela imprensa de que o reajuste aos aposentados irá provocar um rombo na Previdência que varia de R\$ 4 bilhões a R\$ 175 bilhões.

Os números são muito díspares, criticou, afirmando que esse tipo de informação interessa aos grandes bancos privados, que querem “desmoralizar a previdência pública para que todos corram para a previdência privada”.

De acordo com o senador, a Seguridade Social “nunca foi e não é deficitária”. E citou dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O que vem ocorrendo, assinalou, é que ao longo da história o dinheiro da Seguridade Social vem sendo destinado a outras finalidades.

– Se tivesse déficit, a DRU [Desvinculação de Receitas da União] não retiraria da Seguridade Social mais de R\$ 50 bilhões por ano – afirmou, citando o mecanismo que desvincula 20% da receita tributária da União, dando ao governo federal mais liberdade para distribuir os recursos orçamentários entre os programas que julgar prioritários.

Paim também refutou informações de que o fim do fator previdenciário irá prejudicar quem recebe aposentadorias de alto valor.

– É exatamente o contrário. O fator só pega os pequenos. Só quem ganha até dois, três, quatro salários é que leva ferro – afirmou.

Os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) apartearam Paim para elogiar as posições defendidas por ele.



Paulo Paim: “Seguridade social nunca foi e não é deficitária”

## Medidas destinam recursos para infraestrutura e ajuda ao Haiti

Duas medidas provisórias – uma destinando sobretudo recursos para infraestrutura e outra para a recuperação do Haiti após o terremoto ocorrido no dia 12 de janeiro naquele país – estão trancando a pauta do Plenário e devem ser votadas com prioridade na sessão deliberativa de hoje.

A primeira é a MP 477/09, que concede crédito extraordinário de R\$ 18,1 bilhões a ministérios e empresas estatais no orçamento de 2009.

Já a MP 480/10 abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 1,3 bilhão para a Presidência da República e ministérios, sendo que parte dos recursos deve ser utilizada na ajuda ao Haiti, e o restante será destinado, entre outros fins, à reconstrução de estradas vicinais danificadas pelas chuvas que afetaram diversos estados brasileiros e à construção de moradia para populações de baixa renda e famílias que vivem em áreas atingidas pelas chuvas.

Também estão retendo a pauta os quatro projetos enviados pelo Executivo que tratam do novo marco regulatório para a exploração de petróleo na área

do pré-sal.

### Petrobras

Do total de recursos distribuídos pela MP 477/09, R\$ 15,5 bilhões são destinados à execução de investimentos em empresas estatais, e os restantes R\$ 2,6 bilhões são para despesas correntes e de capital, necessárias às ações do governo.

Essa MP também anula a alocação de recursos no valor de R\$ 14,6 bilhões, dos quais R\$ 5,7 bilhões em investimentos de empresas estatais.

A Petrobras e suas subsidiárias, como a Transpetro, são as principais empresas beneficiadas pela abertura do crédito, com recursos de R\$ 6,3 bilhões.

A MP 480/10 abre crédito extraordinário, no valor global de R\$ 1,3 bilhão, para a Presidência da República e os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Relações Exteriores; Saúde; Defesa; Cidades e Integração Nacional.

Foram alocados ainda R\$ 384,1 milhões para transferências a estados, Distrito Federal e municípios, cuja supervisão cabe ao Ministério da Fazenda.

DEM e PSDB alertam governo que só vão participar das votações em Plenário se for retirada a urgência constitucional das propostas do marco regulatório



Líderes José Agripino (E) e Arthur Virgílio anunciaram ontem que se dispõem a negociar, mas com o fim da urgência

## Oposição mantém obstrução aos 4 projetos do pré-sal

OS LÍDERES DO DEM, senador José Agripino Maia (RN), e do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disseram ontem que a pauta de votações em Plenário continuará obstruída por seus partidos enquanto não for retirada a urgência dos quatro projetos que tratam do pré-sal.

– Se quiser votar, o governo vai ter que encher o Plenário, porque nós só aceitamos votar com a retirada da urgência. Não votaremos medidas provisórias ou qualquer outra matéria, e temos apoio também de parlamentares do Espírito Santo e do

Rio de Janeiro, mesmo dos que não são tucanos ou democratas – disse Agripino, referindo-se à insatisfação dessas duas bancadas com a nova fórmula de distribuição de *royalties*, na chamada Emenda Ibsen Pinheiro.

Segundo Arthur Virgílio, a oposição continua esperando uma posição do governo sobre os projetos do pré-sal.

– Estamos abertos à negociação, mas o quadro inicial é este: não se vota nada, é uma posição comum de tucanos e democratas – garantiu.

Os quatro projetos são o que

cria a Petro-Sal (PLC 309/09); o que institui o Fundo Social (PLC 7/10); o que trata da capitalização da Petrobras (PLC 8/10); e o que trata do regime de partilha na produção e da distribuição dos *royalties* (PLC 16/10).

Além dos projetos do pré-sal, que têm prioridade para votação exatamente por tramitarem em regime de urgência, trancam a pauta duas medidas provisórias – a MP 477/09, que concede créditos extraordinários para estatais, e a MP 480/10, que abre créditos a ministérios, inclusive para ajuda ao Haiti.



A Petrobras e suas subsidiárias são as principais empresas beneficiadas

## Cavalcanti: nova distribuição de royalties prejudicará Marinha

A Marinha terá seus recursos, originados de *royalties* do petróleo, drasticamente reduzidos, caso sejam aprovados no Senado dois projetos de lei do marco regulatório do pré-sal já referendados pela Câmara dos Deputados. Essa foi a advertência feita ontem em Plenário, pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

De acordo com o senador, a Marinha passará a receber, por exemplo, apenas 8% dos *royalties* derivados da extração de petróleo no país, em vez dos 15% atuais previstos pela Lei 9.478/97 – a Lei do Petróleo –, na hipótese de aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 16/10) que está em tramitação na Casa.

O projeto trata da exploração e produção de petróleo, gás natural e de outros hidrocar-

bonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.

Na avaliação do senador, a retirada de recursos de *royalties* da Marinha poderá levar ao enfraquecimento da Força Naval Brasileira, colocando em risco a própria segurança das gigantescas reservas de petróleo do pré-sal descobertas na costa brasileira.

– Se quisermos preservar a condição de país altivo e soberano, se não quisermos colocar em risco a segurança nacional, temos de repelir com veemência quaisquer iniciativas que signifiquem o sucateamento das forças encarregadas de defender as nossas fronteiras, as nossas riquezas e, mais que tudo, a nossa gente – afirmou o senador.

## Senado espera envio do projeto Ficha Limpa

Deve chegar ao Senado nesta semana o projeto conhecido como Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados por crimes como corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. A proposta precisa ser aprovada até o dia 5 de junho para que entre em vigor já na próxima eleição, em outubro.

O projeto Ficha Limpa, que amplia os casos nos quais o político fica inelegível, foi aprovado na última terça-feira pela Câmara dos Deputados. Os deputados acolheram substitutivo apresentado pelo relator, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). Ainda na última semana, foram votados e rejeitados três dos 12 destaques – pontos do projeto que terão votação em separado. A conclusão da votação dos itens destacados pelos deputados poderá ocorrer hoje, conforme informações da Agência Câmara, permitindo assim o exame da matéria pelos senadores.

Regis Arslanian, embaixador do Brasil junto ao Mercosul, anunciou que os termos do acordo entre os blocos devem estar fechados até julho



Inácio Arruda (E), Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, deputado Dr. Rosinha e José Nery: representação brasileira no Parlasul reúne-se em café da manhã em Montevidéu

## Polêmica no Parlasul sobre quórum mínimo

A 23ª sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, começou ontem com um acalorado debate sobre os pontos do Regimento Interno e do Protocolo Constitutivo do Parlasul que dizem respeito ao processo de tomada de decisões no órgão.

A polêmica gira em torno das chamadas maiorias necessárias para a aprovação de matérias. Parlamentares do Uruguai e da Argentina apresentaram uma proposta de modificação da legislação que rege o Parlamento de forma que seja requerido sempre quórum de 25% dos parlamentares de cada Estado parte.

Na avaliação deles, isso reforça o poder de voz dos países menores territorialmente e menos populosos, como Paraguai e Uruguai, que terão proporcionalmente menos representantes no Parlamento.

Porém, acabou prevalecendo a tese dos parlamentares brasileiros, segundo a qual a modificação acabaria por enfraquecer o sentido de integração. O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) opinou que a decisão deve ser tomada quando todos os parlamentares do Parlasul tiverem sido eleitos pela população.

# Mercosul e União Europeia retomam negociações, anuncia embaixador

EM CAFÉ DA manhã com parlamentares da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul (Parlasul), em Montevidéu, o embaixador brasileiro junto ao bloco, Regis Arslanian, anunciou ontem que foram oficialmente reiniciadas as negociações com a União Europeia. Os parlamentares brasileiros estão na capital uruguaia para reunião do Parlasul.

Segundo Arslanian, o Brasil, em nome dos países do Mercosul, apresentou aos europeus a proposta de tarifa zero na venda de quase 90% de seus produtos, incluindo os do setor automotivo. Já os países do bloco europeu poderiam participar de licitações para compras governamentais em âmbito federal nos países do Mercosul. A União Europeia, por sua

vez, teria oferecido ao Mercosul preferência tarifária em 95% dos produtos negociados. Mas o Mercosul quer mais: de acordo com o embaixador, o Brasil pediu o aumento das cotas de carne, frango, açúcar, etanol e da maioria dos produtos agrícolas que o bloco pode exportar para a Europa.

Uma primeira reunião para discutir os termos do acordo

deverá acontecer ainda sob a presidência argentina do Mercosul, que se encerra em julho. O embaixador se disse otimista. Se o entendimento for possível, será o maior acordo de livre comércio do mundo.

– Há disposição política, tanto da parte deles quanto de nossa parte, para que se possa chegar a um acordo de livre comércio importante – disse.

## Declarações de Serra geram nota oficial

As recentes afirmações do pré-candidato à Presidência da República pelo PSDB, José Serra, sobre uma possível flexibilização do processo de integração econômica levaram os membros do Parlasul a apro-

varem declaração em que são reafirmados os princípios do Mercosul.

Em entrevistas, José Serra disse que o bloco deveria se concentrar no livre comércio entre os países que o compõem.

Isso evitaria, segundo ele, que o compromisso com a união aduaneira pudesse ser um obstáculo a eventuais acordos internacionais de interesse do Brasil.

A declaração do Parlasul,

proposta por parlamentares dos quatro países membros, foi aprovada com modificações que retiraram do texto os trechos que pudessem ser interpretados como referências ao processo eleitoral brasileiro.

## Mão Santa desafia Lula a terminar porto do Piauí



Mão Santa

O senador Mão Santa (PSC-PI) desafiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a terminar a construção do porto de Luís Correia, no litoral do Piauí, cujas obras foram iniciadas e paralisadas há décadas. Apesar das promessas do ex-governador Wellington Dias (PT) de que o porto seria concluído pelo governo federal,

disse, ficou constatado que ele não é prioridade na Secretaria Especial de Portos.

Mão Santa informou que uma comitiva de políticos e empresários do Piauí, liderada por Sílvio Mendes, ex-vice-prefeito de Teresina e candidato ao governo do estado pelo PSDB, visitou no último fim de semana o porto de Pecém, no Ceará, para discutir com seus dirigentes caminhos para a conclusão do porto do Piauí. Localizado na foz do rio Parnaíba, o porto de Luís Correia poderia ser adaptado para se transformar em terminal de combustíveis e de apoio aos pescadores da região, sugeriu o senador.

– Na verdade, o único dinheiro que o porto recebeu recentemente se deve a emendas que eu apresentei ao Orçamento. Minhas emendas eram de R\$ 17 milhões, mas só foram liberados R\$ 11 milhões. Já o porto de Pecém recebeu investimentos de mais de R\$ 350 milhões – comparou.

## Heráclito pede definição sobre destinação de porto



Heráclito Fortes

Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu que o governador Wilson Martins (PSB) defina o destino a ser dado ao porto de Luís Correia, na foz do rio Parnaíba, no Piauí. O senador denunciou tentativa de desvio de finalidade do porto para – conforme “informações de funcionários do governo anterior” – transformá-lo em marina para receber iates de empresários da Europa e dos Estados Unidos, enquanto o Piauí necessita dele, conforme afirmou, para escoar mercadorias, especialmente minérios.

– O Piauí precisa escoar sua produção. A marina pode ser feita sem nenhum prejuízo para a construção do porto; a marina é um subproduto. Priorizar uma marina em detrimento de um sonho que vem sendo alimentado há mais de cem anos é um crime e uma irresponsabilidade – afirmou.

Heráclito disse que o ex-prefeito de Teresina e candidato ao governo do Piauí, Sílvio Mendes, reuniu um grupo de empresários do estado para fazer uma visita, na sexta-feira, ao porto de Pecém, no Ceará, e posteriormente ao de Luís Correia, dando a eles a oportunidade de comparar os dois projetos.

Heráclito afirmou que os parlamentares do Piauí estão dispostos a ajudar o atual “e o futuro governador, seja ele quem for”, na luta pela conclusão do porto de Luís Correia.

## Serys comemora o 37º aniversário da Embrapa



Serys Shlessarenko

Ao comemorar o 37º aniversário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Serys Shlessarenko (PT-MT) disse que as pesquisas que a Embrapa realizou em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso e o governo estadual revolucionaram o setor agrícola mato-grossense. A senadora observou que “hoje o Cerrado é um dos centros produtores de grãos de excelência”.

Entre as prioridades da Embrapa para 2010, disse Serys, está o fortalecimento das pesquisas na área de recursos genéticos vegetais. Serão investidos R\$ 20 milhões em ações de conservação e uso sustentável dos recursos genéticos, incluindo os nativos do Brasil.

A senadora também se referiu a matéria do *Diário de Cuiabá* estimando que o crescimento do estado, em 2010, poderá superar 9%. Serys observou que foi preciso investimento em transporte, energia elétrica, saneamento básico e capacitação de mão de obra. “Agora mesmo já vamos começar a perceber os efeitos positivos de sermos sede da Copa de 2014”, disse.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para o risco de estádios serem construídos para sediar dois ou três jogos da Copa e depois ficarem ociosos. Heráclito Fortes (DEM-PI) concordou. Já Papaléo Paes (PSDB-AP) solidarizou-se com Serys em virtude de o seu partido estar inclinado a lançar outro candidato ao Senado.

## CMA vota regras para implantação de infraestrutura

Projeto que disciplina a implantação de redes de água, esgoto, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, telecomunicações e de gás canalizado em área urbana consta da pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O texto a ser votado é um substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao PLS 183/09, oriundo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e modificado por emenda da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). Depois de aprovada na CMA, a matéria segue para votações em Plenário.

Segundo o projeto, situações onde a instalação de redes de infraestrutura está desvinculada de regras de ordenamento territorial contribuem para a ocupação irregular do solo urbano e colocam em risco os investimentos realizados.

Pelo substitutivo, as prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes, de forma não discriminatória e sob condições justas e razoáveis. Dessa maneira, pretende-se obter a necessária segurança jurídica para as prestadoras de serviços, ao mesmo tempo em que se vincula a implantação das redes ao planejamento da ocupação territorial.

O relator apresentou emenda ao texto para determinar como competência do município qualquer modificação que torne mais rigorosa norma vigente que prevê reserva obrigatória de faixa não edificável de 15 metros ao longo de rios e de rodovias e ferrovias.

Da forma como está previsto na Lei 6.766/79, que dispõe sobre parcelamento de solo urbano, a delimitação da faixa de proteção estará sujeita "a maiores exigências da legislação específica".

Na reunião de hoje, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle também examinará requerimento de seu presidente, senador Renato Casagrande (PSB-ES), para estender até final de setembro de 2010 o prazo de funcionamento do grupo de trabalho destinado a elaborar o relatório *Vinte Anos do Código de Defesa do Consumidor – análise histórica e perspectivas*.



Flexa Ribeiro apresentou um texto substitutivo para o projeto da CAE

Audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura discute a formação de pessoal para a área de telecomunicações; especialista ressalta que há poucos profissionais de engenharia no país



Mão Santa (C) preside debate com participação de Márcia Andréa de Matos Leal, Cristiano Amon, Roberto de Lima e Rodrigo Augusto Barbosa

## Debate: Brasil precisa investir em capacitação técnica e em pesquisa

A NECESSIDADE DE preparação de quadros de alta capacitação técnica, além de investimento maciço em pesquisa e desenvolvimento, principalmente em tecnologia da informação, foi o principal tema abordado na audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realizada ontem à noite, que discutiu a formação de pessoal para a área de telecomunicações.

O presidente da Vivo, Roberto de Lima, apontou a falta de desenvolvimento tecnológico, assinalando que o Brasil é deficiente em projetos inovadores e só consome tecnologia importada. Para ele, é preciso alterar essa realidade, pois o Brasil pode figurar entre os maiores do mundo. Salientou ainda que há poucos profissionais de engenharia no país, que não contam com um ambiente propício para a pesquisa e acabam migrando.

– Temos que desenvolver tecnologia local, alocando recursos para essa finalidade.

Roberto de Lima apontou a necessidade de união entre as universidades (para a geração

de conhecimentos), o governo (para a promoção do crescimento econômico) e as empresas privadas (para transformação da ciência em inovação). O executivo vê aí o caminho para o desenvolvimento do país, especialmente na área de telecomunicações.

O vice-presidente sênior de Gerenciamento de Produtos da Qualcomm, Cristiano Amon, fri-

sou que o Brasil precisa aproveitar a oportunidade que se abre com o aumento da capacidade dos *chips* dos celulares e a disseminação da rede 3G, trazendo a convergência entre o telefone móvel e o computador. Para ele, o Brasil deve estar atento a isso e precisa trabalhar com a perspectiva de modernização da sua indústria e da capacitação de mais profissionais para o setor.

A diretora de Gestão da Oi, Márcia Andréa de Matos Leal, salientou a importância da preparação dos funcionários, sobretudo dos jovens, que têm uma forma diferente de aprender, e de mudanças na postura das empresas ao recebê-los. Ela ressaltou a necessidade de investir em pesquisa "para que se chegue à era da produtividade e da inovação" no Brasil.

### Senador cobra recursos para desenvolvimento tecnológico

A presença do superintendente de Administração Geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Rodrigo Augusto Barbosa, na audiência pública, levou os participantes, incluindo o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), a questionar o baixo volume de recursos aplicados em desenvolvimento tecnológico no país.

Enquanto somente o setor de telecomunicações móveis gera R\$ 7 bilhões em taxas diversas ao caixa do governo, o orçamento da Anatel é de R\$ 300 milhões, lembrou

Heráclito.

Rodrigo Augusto Barbosa reconheceu a limitação orçamentária da agência, mas mencionou iniciativas que estão sendo colocadas em prática em prol do setor de telecomunicações, como um centro para desenvolver estudos prospectivos para a área.

Os representantes das empresas de telefonia móvel participantes da audiência também salientaram a necessidade de realização de leilões de faixas de espectros de onda para incrementar a oferta de

serviços de telefonia celular não apenas em número, mas em capacidade de oferecer mais serviços. O superintendente da Anatel reforçou a necessidade de venda dessas faixas, mas lembrou que poderão ser exigidas contrapartidas das empresas, como esforços no setor de pesquisas.

A audiência pública, o décimo painel do ciclo de debates Agenda Desafio 2009/2015 – Recursos Humanos para Inovação e Competitividade, foi presidida pelo senador Mão Santa (PSC-PI).

## "Canal da cidadania" da TV digital será tema de audiência pública

Os senadores vão debater em audiência pública amanhã a partir das 8h30 como será o chamado "canal da cidadania", previsto no decreto do presidente da República que criou o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

De acordo com o decreto, a União poderá ter quatro canais de TV digital, para divulgação de atos do Executivo, para o ensino a distância, para a difusão de programas culturais e o "canal da cidadania", este para transmitir programações das comunidades locais e eventos dos governos federal, estadual e municipal.

Em março passado, o então

ministro das Comunicações, senador Hélio Costa (PMDB-MG), assinou portaria que estabelece as diretrizes sobre como funcionará o "canal da cidadania", cuja programação será viabilizada por convênios do ministério com entidades civis municipais.

A portaria estabelece que a programação será preenchida com produções independentes, sob supervisão de um conselho de comunicação social instituído pelas câmaras de vereadores. O "canal da cidadania" não poderá ser usado para fazer proselitismo religioso ou político e não poderá ter propaganda paga.

O debate foi convocado pelo presidente da Comissão de



Hélio Costa, ainda como ministro, assinou em março regras para o canal

Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), atendendo a pedido do senador Renato Casagrande (PSB-ES). Foram convidados José Artur Filardi, ministro das Comunicações; Ara Apkarian, superintendente de

Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações; Círcia Maria Krohling Peruzzo, professora de comunicação social da Universidade Metodista de São Paulo; e Pedro Ortiz, diretor da TV USP e do Canal Universitário de São Paulo.

Denúncia do Ministério da Educação segundo a qual 21 governos estaduais deixaram de aplicar R\$ 1,2 bilhão no Fundeb levou senador a defender federalização da educação, retirando-a da conveniência de governadores e prefeitos

## Para Cristovam, desvio de verbas da educação e da saúde é crime hediondo

CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) disse ontem que o desvio de verbas da educação deve ser considerado crime hediondo. Segundo o jornal *O Globo*, o Ministério da Educação denunciou que 21 governos estaduais deixaram de aplicar R\$ 1,2 bilhão no ensino básico em 2009. Essa verba deveria ter sido repassada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os responsáveis por esse desvio "roubam das crianças e da escola, roubam do futuro, para colocar esse dinheiro em outros projetos", afirmou. O senador observou que qualquer desvio de dinheiro é "um crime grave, mas desvio de dinheiro da saúde e da educação para outras finalidades é mais do que um crime; é um crime hediondo".

A denúncia levou o senador a insistir no projeto de federalização da educação. Segundo ele, a educação tem que ser "uma vontade nacional", não podendo ficar ao sabor da conveniência dos 27 governadores



Indignação de Cristovam Buarque foi apoiada por outros senadores

e dos 5.564 prefeitos.

### Conhecimento

De acordo com o senador, não há futuro para um país que não tome por base a economia do conhecimento, "e a economia

do conhecimento começa lá embaixo, quando as crianças, seres pequeninos, começam a tomar gosto pelo estudo".

Cristovam ressaltou que sua proposta de federalizar a educação não implica a centrali-

zação da gestão em Brasília. Sua ideia é "descentralizar ao nível de cada escola, para que pais, professores e funcionários mandem na escola, sem precisar do prefeito".

### Indignação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizou-se com o "sentimento de indignação" com os desvios de recursos e reconheceu o papel de Cristovam na discussão da educação brasileira. Suplicy disse que muitas vezes o bom exemplo se inicia no município e seus resultados acabam se irradiando até se tornarem uma realidade nacional. Citou o Bolsa Escola, que começou no mesmo ano em que se iniciou o programa de renda mínima social da educação no Distrito Federal e em Campinas e que se espalhou por todo o país.

Paulo Paim (PT-RS), por sua vez, disse que foi a persistência de Cristovam que acabou resultando em iniciativas importantes, como a extinção gradual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) na área de educação.



Segundo Augusto Botelho, número de usuários chega a 1,2 milhão

## Comissão debate avanço do crack no Brasil

A pedido de Augusto Botelho (PT-RR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje audiência pública sobre o consumo do crack. Ele afirma que "o Brasil enfrenta uma epidemia dessa droga". Segundo o senador, "os efeitos do crack suplantam os malefícios causados em conjunto por outras substâncias ilícitas ou de venda controlada, como os solventes, a maconha, as anfetaminas e a cocaína".

– Precisamos envolver o Senado na discussão sobre o tema. Temos de encontrar saídas – disse.

Segundo Augusto Botelho, o número de usuários de crack no país chega a aproximadamente 1,2 milhão e a idade média para início do consumo seria de 13 anos. Ele afirma que "a pedra da morte" provocou o aumento dos índices de criminalidade, do número de pontos de prostituição e da circulação de armas. Por isso, especialistas apontam a droga como um desafio para a segurança pública.

Entre os convidados para o debate, estão representantes do Ministério da Saúde; do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Também assinaram o pedido de audiência os senadores Paulo Paim (PT-RS), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Leia mais sobre o assunto no *Especial Cidadania* desta edição.

## Yanai defende investimentos na construção de hidrovias

O senador Jorge Yanai (DEM-MT) defendeu investimentos na construção de hidrovias, como forma de dotar o Brasil de um meio de transporte competitivo que também irá contribuir para o

desenvolvimento das economias regionais.

– O Brasil é o [segundo] país mais caudaloso do mundo, perdendo apenas para a Rússia – disse Yanai, que na semana passada assumiu o mandato com o pedido de licença de Gilberto Goellner.

Na próxima sexta-feira, Yanai participará de palestra na Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Japão, em São Paulo, onde irá falar sobre as potencialidades de Mato Grosso, especialmente no que se refere ao setor de hidrelétricas e hidrovias.

Yanai lembra que Brasil é o segundo país com maior volume de água em seus rios, atrás apenas da Rússia



## Alvaro Dias questiona decisão do governo de reativar Telebrás

A decisão do governo federal de reativar a Telebrás para que a estatal seja a gestora do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) "deixou um rastro de suspeição e questionamentos", disse Alvaro Dias (PSDB-PR).

O governo, lembrou o senador, anunciou que investirá cerca de R\$ 13 bilhões no PNBL até 2014, sendo que deste montante R\$ 3,2 bilhões sairão do Tesouro Nacional para capitalizar a renascida Telebrás. "Vale ressaltar que quase todo o desembolso ficará projetado para o próximo governo", disse.

Segundo Alvaro, o próprio Tesouro Nacional divulgou uma nota técnica recentemente condenando a reativação da Telebrás, "ré em mais de mil ações judiciais", para gerir o plano.

– A suspeita de que informações privilegiadas comprometeram a decisão de reativação da Telebrás foram confirmadas



Alvaro: "Desembolso ficará projetado quase todo para o próximo governo"

com a valorização de 35.000% das ações da estatal entre 2003 e fevereiro deste ano – afirmou o senador, que requereu informações sobre o tema à Comissão de Valores Mobiliários.

Alvaro ainda lembrou em seu discurso os 63 anos de emancipação de Maringá (PR).

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Serys Silhessarenko • Paulo Paim

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Márcio Kollmeier



Valter Pereira, relator: objetivo é assegurar a igualdade de direitos

## Projeto amplia direitos civis dos companheiros

A ampliação dos direitos sucessórios dos companheiros em união estável será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na reunião prevista para amanhã. Uma das principais modificações propostas é a inclusão do termo "companheiro" em vários artigos do Código Civil que tratam da sucessão de bens e que atualmente só trazem a expressão "cônjuge".

Para o relator e autor de texto substitutivo, senador Valter Pereira (PMDB-MS), a atual legislação impõe claramente uma distinção entre direitos dos cônjuges e dos companheiros, indo "na contramão do espírito maior, que é o de assegurar igualdade".

Pelo PLS 267/09, o artigo 1.829 do Código Civil (Lei 10.406/02), por exemplo, poderá ser alterado para prever que a sucessão legítima à herança se dará também ao companheiro, assim como aos descendentes e ao cônjuge sobrevivente, já beneficiados pela legislação em vigor.

### Moradia

Quando a união estável existir há mais de dois anos, o companheiro também passará a ter direito, qualquer que seja o regime de bens, a morar no imóvel destinado à residência da família. Para tanto, diz o texto em discussão, o imóvel deverá estar na posse exclusiva do falecido e do sobrevivente ou somente do sobrevivente, quando da abertura da sucessão.

O atual artigo 1.830 do Código Civil confere direito sucessório ao cônjuge desde que não esteja separado judicialmente ou de fato há mais de dois anos, e caso tal separação não tenha sido causada pelo cônjuge sobrevivente. O texto em exame reconhece o direito sucessório também ao companheiro, desde que não esteja separado de fato há mais de dois anos, e retira da lei o condicionamento do direito sucessório à prova de culpa da separação, "que já deixou de ser relevante no Direito de Família", segundo Valter Pereira.

Também está prevista no projeto modificação no Código de Processo Civil (CPC) para incluir entre os processos que poderão correr em segredo de justiça os que dizem respeito à união estável. A lei vigente só admite os que dizem respeito a casamento, filiação, separação de cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores.

Adequação do Código de Processo Civil às novas tecnologias e medidas para tornar mais ágil a tramitação dos processos são as principais modificações sugeridas

# Comissão apresenta hoje as inovações para o CPC

O NOVO CÓDIGO de Processo Civil (CPC) vai entrar definitivamente na era digital, com adaptação ao meio eletrônico de alguns procedimentos adotados pelo Judiciário. Essa e outras inovações sugeridas para modernizar a lei de 1973 serão apresentadas hoje, às 11h, pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux. Ele preside comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo CPC, que trabalha na formatação final da proposta, resultado de uma série de debates no Congresso e com especialistas e representantes da sociedade civil nos estados.

A adequação do processo civil às demandas tecnológicas já se evidencia no Livro I. É aí que estão reunidos os dispositivos da Parte Geral do Código, regras relativas a jurisdição, ação, partes, procuradores, Ministério Público, órgãos judiciários e auxiliares, atos processuais, formação, suspensão e extinção do processo.

Por recomendação da comissão, o meio eletrônico deverá ser usado preferencialmente nos atos de comunicação entre juízes e na citação por edital. Ao Conselho Nacional de Justiça será dada a atribuição de uniformizar o procedimento do processo eletrônico para os tribunais do país. Também será criada a subseção "da força probante dos documentos eletrônicos" na seção que trata da prova documental.

### Juizados especiais

Outras novidades são a possibilidade de as leis de organização judiciária de cada estado e do Distrito Federal instituírem mediadores e conciliadores para auxiliar os juízes; de o juiz, ainda que incompetente para julgar a ação, decretar medidas de urgência para evitar a extinção do direito; e de o juiz de primeiro grau ou o relator de recurso admitirem a manifestação de outros

órgãos ou entidades diante da relevância da matéria e representatividade dos postulantes.

A comissão de juristas também tratou de ampliar os poderes do juiz para adequar as fases e os atos processuais às especificações do conflito. Recomendou-se ainda que o juiz priorize o exame de matérias inerentes a impedimento e suspeição e que a audiência de conciliação seja o procedimento padrão de início do processo, a ser definido a critério do juiz ou a pedido das partes.

Na parte que trata do cumprimento da sentença, foi aberta ao juiz a possibilidade de, em caso de inadimplência junto à Fazenda Pública, impor multa até o limite do valor da dívida. A incidência de multa nessa fase exigirá, entretanto, a intimação pessoal por via postal do executado. Na execução, deverá ser proibida a indisponibilidade integral do capital do executado (pessoa física ou empresa).



Eduardo Suplicy manifesta indignação com crime de quatro PMs de São Paulo

## Suplicy condena assassinato de motoboy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) condenou ontem o assassinato do motoboy Alexandre Menezes dos Santos, de 25 anos de idade, ocorrido na madrugada de sábado em São Paulo, diante da residência de sua mãe, Maria Aparecida de Oliveira Menezes. O rapaz deixou viúva e um filho de três anos de idade.

O senador manifestou sua indignação com a brutalidade do crime, cometido por quatro soldados da Polícia Militar, que espancaram e asfixiaram o motoboy até a morte. O fato ocorreu duas semanas após a morte de outro motoboy dentro de um quartel da PM depois de uma sessão de tortura e espancamento.

Suplicy contou que o motoboy voltava para casa após o trabalho como entregador de pizzas, quando foi abordado pelos PMs devido à falta da placa na motocicleta. Segundo o senador, Alexandre seguiu até sua casa, onde os policiais iniciaram o espancamento, testemunhado por sua mãe.

– De acordo com ela, foram cerca de 30 minutos de pontapés e socos no estômago. Só pararam quando Alexandre caiu inerte. "Eles ficaram meia hora batendo nele e depois o enforcaram na minha frente. Que tristeza enterrar um filho no Dia das Mães", disse Maria Aparecida – relatou o senador.

Em telefonema ao secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Antonio Ferreira Pinto, Suplicy solicitou informações sobre as providências que estariam sendo tomadas nesse caso. O comandante da região foi afastado, assim como o capitão responsável pela equipe, informou Suplicy. Os quatro soldados que mataram o motoboy estão presos.

– Não se pode atribuir a cada jovem, sobretudo se esse jovem aparentar pobreza e tiver ascendência negra, a suspeita de ser um possível transgressor da lei. E mesmo que seja transgressor da lei, não poderia ser objeto de espancamento e tortura. Uma vez dominada e presa a pessoa, deve ser levada ao Distrito Policial e interrogada civilizadamente – assinalou.

Paulo Paim (PT-RS) mencionou que esse tipo de agressão ocorre aos milhares no país, especialmente quando se trata de jovens negros. As estatísticas mostram um número alarmante de casos de violência policial contra jovens de modo geral, disse.



Auditórios lotados marcaram debates organizados pela comissão de juristas, como este realizado em abril em Curitiba

## CCJ pode votar PEC que prevê o fim do voto proporcional

Utilizado para eleger prefeitos, governadores e senadores, o voto majoritário pode também ser aplicado para a escolha de vereadores e deputados, tanto estaduais quanto federais. A proposta de emenda à Constituição (PEC 54/07), na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de amanhã, prevê o fim do voto proporcional. Dessa maneira, as vagas em cada casa legislativa seriam ocupadas pelos candidatos que obtiverem o maior número de votos, independentemente do desempenho global dos partidos pelos quais concorreram.

Articulador da proposta assinada por 30 senadores, Francisco Dornelles (PP-RJ) argumenta que a aplicação desse sistema, no lugar da eleição proporcional, evitaria a ocorrência de situações paradoxais hoje comuns: a eleição de candidatos com poucos

votos, na esteira de colegas do mesmo partido ou coligação que foram bem votados, e a derrota de outros que, mesmo com votação expressiva, não se elegem porque não alcançaram o quociente eleitoral.

Situações desse tipo ocorrem porque, na escolha proporcional, adota-se um sistema de divisão de votos entre partidos e vagas. Para isso, os votos válidos em cada pleito são somados para a apuração do quociente eleitoral que determinará o total de cadeiras a que cada partido ou coligação terá direito.

Para o relator da matéria, senador César Borges (PR-BA), a aplicação do sistema proporcional tem sido motivo de insatisfação crescente do eleitorado e da opinião pública. O eleitor não entende e desconfia de um sistema que exclui candidatos bem votados, representativos nas



Francisco Dornelles cita situações paradoxais que ocorrem atualmente

suas comunidades, e que elege outros candidatos com pouca votação, avalia.

O relator observou que o sistema majoritário serviu no passado para excluir minorias e tolher a disputa eleitoral ao tempo do Brasil Imperial e na República Velha, devido ao enorme poder das oligarquias locais. Hoje, no entanto, ele diz que o país tem uma democracia pujante e competitiva, com diversos partidos e diferentes forças sociais.

Se aprovada na CCJ, a PEC seguirá para exame em Plenário, com votação em dois turnos.

# Crack: fácil de entrar, difícil de sair

Pesquisadora alerta para impotência diante da droga e afirma que, para obter maior chance de recuperação, usuário deve iniciar tratamento ainda no primeiro mês

SE O CONSELHO vale para qualquer droga, no caso do crack ganha um caráter imperativo: jamais experimente. Fumar uma só vez é suficiente para aprisionar o usuário, abrindo um ciclo destrutivo do qual poucos conseguem sair.

– Nós somos impotentes em relação ao crack. Nós não dominamos o crack. No que a gente começa a usar, o poder está com a droga – adverte a pesquisadora Solange Nappo, do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), da Universidade Federal de São Paulo.

O crack é barato e causa dependência muito rapidamente (veja infográfico). Marginaliza o usuário em semanas ou até dias, deixando pouco tempo para uma reação por parte da família. E quanto mais o tratamento demora a começar, menores as chances de recuperação. Solange afirma que ele deve ser iniciado, de preferên-

cia, ainda no primeiro mês.

O presidente do Instituto Potiguar de Prevenção e Combate às Drogas, Murilo Vieira, 38 anos, experimentou as consequências avassaladoras do consumo de crack. Ele conta que em 1998, usuário de maconha, foi induzido por um traficante a fumar um cigarro “mesclado”, composto parcialmente por crack.

– Eu achei que teria uma vida social normal, mas me viciiei imediatamente. O cara que fumou crack não tem essa história de administrar o vício. Ele usa direto. Tudo o que faz é voltado para o crack – afirma.

Em apenas um mês de uso, Murilo perdeu todo o dinheiro. Sua loja de bicicletas foi à falência e ele chegou a entregar, em troca da droga, os talonários de notas fiscais para os traficantes utilizarem como instrumento de lavagem de dinheiro. Percebendo que corria para a ruína, procurou

ajuda. Um pastor evangélico o abrigou em sua casa, não permitindo que saísse durante um mês. Para Murilo, foi a salvação.

Motivado pelo propósito de ajudar outras pessoas a vencerem o vício, há seis anos ele fundou a comunidade terapêutica Nova Aliança, no vale do Pium, nos arredores de Natal, para atender principalmente usuários de crack.

Atualmente a comunidade tem 82 pacientes, quase todos dependentes dessa droga. O índice de recuperação está entre 20% e 30%. Para que o tratamento obtenha êxito, os fatores preponderantes, segundo ele, são, em primeiro lugar, motivação pessoal e, em seguida, apoio da família.

– Nem pense em entrar no crack, mas, se entrar, procure uma saída o mais rápido possível, senão a situação fica cada vez mais grave – aconselha Murilo.

## Tráfico estende mercado da droga às pequenas cidades

Faltam dados nacionais atualizados sobre o consumo de crack que comprovem estatisticamente a propalada “epidemia” da droga. Mas é certo que ela tem se espalhado pelo país e que seu uso se acentuou. Os números oficiais, nos quais o Ministério da Saúde se baseia, fornecidos pelo Cebrid, são de 2005: 380 mil pessoas já tinham experimentado a droga no Brasil. Estimativa apresentada pelo psiquiatra Pablo Roig na semana passada, durante o lançamento da Frente Parlamentar de Combate ao Crack, indica que o número de usuários agora chega a 1,2 milhão.

A professora Solange Nappo, pesquisadora do Cebrid e especialista em crack, diz que os números não são confiáveis e que a instituição está produzindo nova pesquisa, que deve estar pronta em janeiro.

– A gente não tem o dado exato, mas sabe que o consumo aumentou, porque antes era só em São Paulo e agora está em todos os estados – afirma.

A médica e senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da Comissão de Assuntos Sociais e vice-presidente da frente parlamentar contra o crack, aponta dados policiais que confirmam que “a droga avança em todo o Brasil”:

– No Distrito Federal, as apreensões da droga aumentaram 175% de 2008 para 2009. Só neste ano, já foram apreendidos pela Polícia Federal na Paraíba mais de 47 quilos de crack, cerca de 60% a mais que

no ano passado – estima.

A senadora, assim como Solange Nappo, salienta outra mudança importante: se antes o crack era uma droga típica de moradores de rua, agora seu consumo perpassa as classes sociais e os usuários são majoritariamente jovens.

Murilo Vieira, do Instituto Potiguar de Prevenção e Combate às Drogas, que viaja frequentemente pelo interior do Rio Grande do Norte, afirma que o crack chegou às pequenas cidades nordestinas, carregando consigo o aumento da criminalidade em localidades antes pacatas.

– Começaram os roubos, os assaltos, as mortes, tudo isso relacionado ao crack. É devastador.

Uma pedra de crack em Natal custa apenas R\$ 5, mas os traficantes passaram a dividi-las, cobrando R\$ 3, informa Murilo. O baixo valor, no entanto, é ilusório, pois, com o consumo compulsivo a que a droga impele, a despesa acaba sendo muito alta, maximizando o lucro do tráfico. Solange Nappo explica que, por trás da expansão do crack, está o interesse de mercado dos traficantes, que focam a oferta da pedra, em detrimento do pó, menos rentável.

– O crack é lucrativo porque é certo que a pessoa que usa vai ter de usar novamente e, de cinco em cinco minutos, ela vai consumir. A médio prazo, o gasto do usuário é muito maior que o do usuário de cocaína em pó – alerta.

### Rumo ao interior

Droga chegou ao Brasil há 20 anos e consumo avança

O crack surgiu oficialmente no Brasil em 1989.

Atualmente o crack se alastra em vários segmentos sociais de gênero, sexo, idade e classe. Gestores de saúde mental relatam aumento no consumo fora dos grandes centros urbanos, em especial no Nordeste.

A droga atraiu pequenos traficantes e gerou aumento incontrolável de produções caseiras. O percentual de cocaína em cada pedra é sempre incerto.

Na produção de crack não há a purificação final. A cocaína em pó (cloridrato de cocaína) é dissolvida na água e misturada com bicarbonato de sódio.

Também podem ser misturadas diversas substâncias tóxicas como gasolina, querosene e água de bateria.

Após aquecido e seco, o composto adquire a forma de pedras que são quebradas e fumadas de diversas maneiras e em diferentes recipientes.

Fonte: Cebrid/Unifesp

### Saiba mais

**Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid)**  
Universidade Federal de São Paulo  
Departamento de Psicobiologia  
Rua Botucatu, 862 – 1º andar  
CEP 04023-062 – São Paulo (SP)  
Tel.: (11) 2149-0155

[www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid](http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid)

### Vício devastador

Efeitos começam 15 segundos após o consumo da droga. Em questão de meses, saúde física e mental da pessoa está destruída



Fotos: Marcelllo Casali Jr./ABr e StockXCHNG

Assim como a merla, crack é cocaína e provoca no cérebro os mesmos efeitos que essa droga. Porém, a forma como é usada a diferencia em relação ao pó: por ser fumada em vez de inalada, a substância é absorvida instantaneamente.

Entre 10 e 15 segundos, os primeiros efeitos já ocorrem.

A cocaína em pó leva de 10 a 15 minutos para fazer efeito se inalada e de 3 a 5 minutos quando injetada.



A duração dos efeitos do crack também é muito rápida, em torno de cinco minutos, enquanto os da cocaína injetada ou inalada duram de 20 a 45 minutos. A pequena permanência dos efeitos do crack faz com que o usuário volte a utilizar a droga em intervalos muito curtos, praticamente de cinco em cinco minutos, levando-o à dependência muito mais rapidamente do que os usuários de outras drogas.



Logo após fumar crack, o usuário tem uma sensação de grande prazer, euforia e poder, o que o leva a desejar repetir a experiência, fazendo isso inúmeras vezes, de forma compulsiva e avassaladora, gastando todo o dinheiro que possui e procurando financiar o vício a todo custo.

O crack também provoca estado de excitação, hiperatividade, insônia, perda de sensação de cansaço e inapetência. Em menos de um mês, o usuário perde muito peso, de 8 a 10 quilos. Com um tempo maior de uso, perde as noções básicas de higiene, ficando com aspecto deplorável. Após uso intenso e repetitivo, sente cansaço e forte depressão.



À medida que as doses são cada vez maiores, o usuário assume comportamento violento e perde o interesse sexual. Demonstra irritabilidade. Tem tremores e atitudes estranhas, com o aparecimento de paranoia. Pode ter alucinações e delírios. Esse conjunto de sintomas é chamado de psicose cocaínica.

O crack também pode produzir aumento das pupilas, que prejudica a visão, dor no peito, contrações musculares, convulsões e até coma. A pressão arterial pode elevar-se e o coração pode bater mais rapidamente (taquicardia). Em casos extremos, provoca parada cardíaca e morte. O uso crônico de cocaína também pode levar à degeneração irreversível dos músculos.



A cocaína induz à tolerância. É como se o cérebro se acomodasse à quantidade de droga, exigindo uma dose cada vez maior para produzir as sensações. Por outro lado, ocorre uma sensibilização: com uma pequena dose, outros efeitos surgem. Esses efeitos são justamente os desagradáveis, como a paranoia. Com o tempo, o usuário necessita de uma dose cada vez maior para obter os efeitos prazerosos, enquanto seu cérebro está sensibilizado para os efeitos desagradáveis.

É comum que os usuários de crack, principalmente as mulheres, se prostituam para obter a droga, o que os torna suscetíveis a contrair doenças sexualmente transmissíveis como a Aids, já que, durante a “fissura”, perdem a noção de perigo e não usam camisinha.



Fonte: Coordenação Nacional de Saúde Mental, Alcool e Outras Drogas / Ministério da Saúde

**Ministério da Saúde**  
Coordenação Nacional de Saúde Mental  
Esplanada dos Ministérios – Bloco G  
CEP 70058-900  
Brasília (DF)  
Disque Saúde 0800 61 1997  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)